

ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

Denominação:		
CNPJ n°:		
Endereço:		
e-mail:		
Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	
Obtivemos, através do acess convocatório da licitação acin	o à página <u>www.itaoca.sp.gov.br</u> , nesta data, co na identificada.	ópia do instrumento
Local:	, de	de 2021.
	Assinatura	_

Caro Licitante,

Com a intenção de facilitar futura comunicação entre esta Prefeitura do Município de Itaoca e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Divisão de Compras, por meio do fax: (15) 3557-1118/1144 ou do e-mail: **licitacoes.itaoca@gmail.com.**

A não remessa do recibo exime a Prefeitura da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2021 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 TIPO: MENOR PRECO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/11/2021

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAOCA/SP, situada na cidade de Itaoca na Rua Paulo Jacinto Pereira, 145 — Itaoca — CEP 18360-000 - São Paulo — Internet: www.itaoca.sp.gov.br - e-mail: pmitaoca@gmail.com, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2021 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei Federal 10.520/02, de 17 de julho de 2002 e seus atos regulamentadores, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, do Decreto Municipal 592/2008, da Lei Complementar Federal 123/06, de 14 de dezembro de 2006; no que couber, a Lei Federal 8666/93, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/11/2021 A partir das 08h30min FIM DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA: 18/11/2021 até as 08h30min INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 09h00 (horas) do dia 18/11/2021 Para referência de tempo, será observado o horário de Brasília (DF) LOCAL: www.bll.org.br

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações, na Prefeitura Municipal de Itaoca, Rua Paulo Jacinto Pereira, 145, nesta cidade de itaoca/SP, no horário de 8h às 11:30 e das 13 às 17:30 horas, através do e-mail: licitacoes.itaoca@gmail.com ou pelo site: www.itaoca.sp.gov.br, ou através da plataforma BLL (www.bll.org.br).

O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições segura, através da plataforma da BLL (www.bll.org.br) na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Itaoca, localizada à Rua Paulo Jacinto Pereira, n.º 145, centro, nesta cidade, no dia 18 de novembro de 2021, às 9:00 horas, e será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio.

O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123/06 atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

Poderão participar deste pregão, empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem as exigências de habilitação em atividade compatível com o seu objeto.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS TODOS DE 1ª LINHA E NOVOS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS:

2.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária codificada para o exercício, com recursos próprios em contrapartida e repasses.

06 – 3.3.90.30.00.00.00.0101 – GABINETE	Material de Consumo
---	---------------------



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

149 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0101 – PROMOÇÃO SOCIAL

28 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0101 – ADMINISTRAÇÃO

66 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0118 - TRANSPORTE ESCOLAR

95 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0111 - SAÚDE

129 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0129 - VIGILANCIA EM SAÚDE

130 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0101 - SERM

141 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0101 - AGRICULTURA

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Credenciamento No Sistema Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões:

- 3.1.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do <u>instrumento de mandato previsto no item 4</u> "a", com <u>firma reconhecida</u>, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.
- 3.1.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.1.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.1.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa De Licitações do Brasil.
- 3.1.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.1.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar desta Licitação:
- 4.1.1 Todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos;
- 4.1.2 As empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.
- 4.2 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 4.5 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.7 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 4.8 O CADASTRAMENTO do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO III)
- b) DECLARAÇÃO de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- c) A empresa proponente deverá apresentar cópia de documento oficial que contenha foto do responsável que venha a responder por sua representada.
- 4.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da DECLARAÇÃO constante no ANEXO V para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4.10 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.10.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.10.2 Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;
- 4.10.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.10.4 É vedada a participação de empresa em forma de consórcio ou grupos de empresas;
- 4.10.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: **Curitiba-PR** (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail **contato@bll.org.br**.
- 4.11 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL Bolsa de Licitações do Brasil, anexo IV.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.3.1- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 5.3.2- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.3.3- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário por item.
- 5.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.6- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.7- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 5.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.9 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.11 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço unitário*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.13 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.14 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.15 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase de disputa aberto.
- 5.18 Serão solicitados ao licitante de menor valor, os documentos relativos à habilitação exigidas neste Edital, após o encerramento da fase de lances com posterior encaminhamento original ou cópia autenticada dos documentos físicos via correios em até 05 (cinco) dias úteis para:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA COMISSÃO DE LICITAÇÕES RUA PAULO JACINTO PEREIRA, 145 – CENTRO ITAOCA – SP - CEP 18360-000 PREGÃO ELETRÔNICO Nº012/2021

6 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 6.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 6.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.3 No preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada através de ficha técnica descritiva (Anexo I), por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, contendo as especificações, marca e valor do produto ofertado. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações, marca e valor do produto neste campo implicará na desclassificação sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.
- 6.4 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Anexo 1 do Edital.
- 6.5 As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.
- 6.6 Na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte será necessária a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica, sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar os benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a LC 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.7 Os preços cotados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela municipalidade.
- 6.8 Conter preços unitários dos itens, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além de lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação que deverão ser entregues na cidade do contratante.
- 6.9 Atendidos os requisitos, será declarada a(s) vencedora(s) a (s) licitante(s) que oferecer o menor preço por item.
- 6.10 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1- Habilitação jurídica

- **7.2.** Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens **abaixo**, desde que atendidos os requisitos especificados nas OBSERVAÇÕES deste item.
- **7.2.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- **7.2.2.** Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devidamente acompanhada de cópias dos documentos de identidades (RG) dos respectivos representantes legais da empresa, ou
- **7.2.3.** Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- **7.2.4.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- **7.2.5**. Prova de regularidade relativa do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes
- **7.2.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicilio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- **7.2.7.** Prova de inexistência de débitos, inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. " (NR).

III – DECLARAÇÕES E DEMAIS COMPROVAÇÕES

7.2.8. <u>Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e de situação regular perante o Ministério do Trabalho.</u> As proponentes deverão exibir declaração em papel da empresa, firmada pelo responsável legal,



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

com indicação do nome, cargo e R.G, atestando, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo à sua habilitação, bem como, a situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo sugerido no Anexo V –Modelo de Declaração.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **06** (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- 2) Os documentos poderão ser apresentados no original, ou impresso quando for possível, e na forma de cópia reprográfica sem a necessidade de autenticação ou reconhecimento de firma nos termos estabelecidos na Lei nº 13.726 de 8 de setembro de 2018.
- 2.1) Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.
- 3) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser apresentados posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

8. ADJUDICAÇÃO

- 8.1 As empresas deverão apresentar as seguintes complementações.
- a). Apresentar a certificação dos itens pelo INMETRO;
- b). Apresentar cópia autenticada da Certidão de Registro Técnico Federal CTF do fabricante ou do importador do pneu ofertado, em conformidade com o art. 4º da RESOLUÇÃO nº 416, de 30 de setembro de 2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA;
- c). Apresentar COMPROVAÇÃO de garantia de 06 (seis) meses dos pneus contra defeitos de fabricação.
- d) Os documentos necessários para participação na presente licitação, compreendendo a todos os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil. (Língua Portuguesa);
- e.1). Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a firma do emitente de tais documentos, e serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;
- 8.1.1 Quando se tratar de microempresa, microempreendedor individual ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura da Ata, a regularidade fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 8.1.2 A empresa Compromissária Fornecedora se obriga a manter, durante toda a execução da Ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da Ata de Registro de Preços, algum documento perder a validade.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 8.1.3 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer da ata de registro de preços, sem a solicitação prévia, com as devidas justificativas, da Compromissária Fornecedora e autorização desta Prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.
- 8.1.4 A Administração poderá obrigar a Compromissária Fornecedora a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 8.1.5 A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.
- 8.1.6 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do termo da Ata de Registro de Preços.
- **8.2.** Verificado o atendimento das condições de habilitação da proponente de menor preço, esta será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

9 - PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1 Programação das necessidades da Prefeitura Municipal de Itaoca, sendo que o **prazo de entrega** será de **até 10 (dez) dias** contados da solicitação da contratante (envio de empenho) e deverão ocorrer na cidade de Itaoca/SP.
- 9.2 O objeto licitado deverão ser entregues no endereço conforme mencionado na requisição e nota fiscal deverá vir por e-mail no endereço eletrônico nfcomprasitaoca@gmail.com.
- 9.3 Executado o fornecimento pelo adjudicatário, a Prefeitura terá até 05 dias para a verificação da especificação, marca e quantidade do material e consequente aceitação.
- 9.3.1 A empresa fica obrigada a substituir o item entregue com eventuais defeitos, ou que apresente adulteração de qualidade com alteração em suas características no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da notificação formal desta Prefeitura.
- 9.4 O pagamento será feito contra apresentação de Nota fiscal eletrônica devidamente atestada por servidor da Administração designado para tal fim no prazo 30 (trinta) dias.
- **9.4.1.** Caso venha a ocorrer exigência de providências a serem cumprida pela adjudicatária, as fluências do prazo será interrompido, reiniciando se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, a critério da Administração.
- **9.4.2.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente na forma eletrônica, diretamente em conta sob titularidade do preponente.
- **9.4.3.** A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária codificada para o exercício, com recurso próprio:

10. PENALIDADES

- 10.1- Até a assinatura da ata, o licitante que descumprir quaisquer das cláusulas deste edital ficará sujeito às penalidades previstas no Decreto nº 592/2.008.
- 10.2 Entender-se-á por descumprimento do edital as ofensas ao disposto nos incisos I, II, III e IV do artigo referido no subitem anterior.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 10.3. Após a assinatura da ata a empresa que ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação, falhar ou fraudar na execução do contrato, sujeitar-se-á as sanções previstas no Decreto nº 592/2.008.
- 10.4 Em qualquer caso de descumprimento às normas previstas no edital e/ou fornecimento, o infrator também estará sujeito as seguintes sanções, independentemente da aplicação das já previstas nos itens anteriores:
 - a) advertência,
 - b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos.
 - c) declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade.

11 - DAS MULTAS:

- 11.1.1 O infrator, em cada caso, sujeitar-se-á:
- 11.4.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso sobre a parcela que deverá ser entregue.
- 11.4.1.2. 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato sobre o valor da parcela inexecutada.
- 11.4.1.3.20% (vinte por cento) por inexecução total do contrato sobre o valor total da contratação.
- **11.4.1.4.**10% (dez por cento) sobre o valor do(s) material(ais) entregue(s) com problemas técnicos, mais multa de 0,33 (trinta e três centésimos) por cento ao dia se o material com problemas técnicos não for substituído em até 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade.
- **11.4.1.5**.10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do total do Pedido de Fornecimento emitido à favor da Contratada.
- **11.4.1.6**.Os atrasos por problemas técnicos que perdurarem por prazo maior que o subitem 13.4.1.4, serão considerados inexecução parcial para os efeitos das aplicações das penalidades.
- **11.4.1.7**.Os atrasos de entrega superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados inexecução total para efeito de aplicação de penalidade.
- 9.1.1 As penalidades serão aplicadas a critério da Administração e são independentes sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 9.1.2 O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **12.1.** Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas a autoridade subscritora do edital e protocolizado nos dias úteis, das 09:00 às 11:00 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na Rua Paulo Jacinto Pereira nº 145 centro Itaoca, observado o disposto no Decreto Municipal nº. 592/2.008.
- **12.1.1.** No ato de protocolo da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (**por documento original ou cópia autenticada**).
- 12.2 Informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor:
- **12.2.1 QUESTÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS** deverão ser formuladas por escrito e dirigidas a autoridade subscritora do edital, na Rua Paulo Jacinto Pereira nº 145 centro Itaoca, ou pelo fax 15-3557-1118/1144, até **2 (dois) dias úteis** antes do prazo marcado para abertura do certame;
- 12.3 As questões técnicas serão retransmitidas à Unidade Requisitante para manifestação.
- **12.4.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Apiaí-SP, observadas as disposições do § 6º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **12.5.** É facultada o pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- **12.6.** Fica assegurado a Prefeitura de Itaoca o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- **12.7.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura do Município de Itaoca não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **12.8.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sob pena das sanções aplicáveis em cada caso, previstas neste edital, não se excluindo as de caráter civil e/ou criminal.
- **12.9.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- **12.10**. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura do Município de Itaoca.
- **12.11**. As comunicações relativas a esta licitação serão feitas mediante a publicação no Jornal de circulação regional e Diário Oficial do Estado e será disponibilizado no endereço www.itaoca.sp.gov.br, ou poderão, ainda mediante a expedição de Ofício, ou por meio eletrônico: licitacoes.itaoca@gmail.com, www.bll.org.br, à critério da Administração.

13. EDITAL DE LICITAÇÃO

- **13.1.** O Edital de licitação e seus anexos estarão disponível no mural da sede do Paço Municipal e poderão ser fornecidos cópias gratuitamente pelo **Departamento de Compras Coordenadoria de Licitações e Contratos** compreendo os horários das 9:00 às 11:00 e da 13:00 às 17:00 horas, até a última hora anteceder a data designada para a abertura do certame.
- **13.1.1.** No ato do recebimento do Edital e seus anexos, deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

13.2. Integram o presente edital:

Anexo I – Termo de Referência e especificações do objeto

Anexo II - Modelo de proposta de preço e especificação do objeto

Anexo III – Modelo de Credenciamento

Anexo IV – Modelo de Declaração de Pleno Cumprimento aos Requisitos da Habilitação.

Anexo V – Declaração se a empresa encontra-se devidamente enquadrada em atividade compatível de micro ou empresa de pequeno porte.

Anexo VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho.

Anexo VII - Minuta Contratual.

Anexo VIII- Termo de Ciência e notificação

Anexo IX - Termo de Adesão - BLL

Anexo X - Custo pela utilização do Sistema

ITAOCA/SP. 27 DE OUTUBRO DE 2021.

EZIQUIEL BATISTA FORTES

Prefeito interino do Município de Itaoca



ESTADO DE SAO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS

ITEM	QUANT	ESCRIÇÃO DO OOBJETO	MEDIA
		PNEU 205/70R 15 C (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	D¢ 007.40
1	4	5531, NBR 6087 E 6088).	R\$ 987,49
		PNEU 225/75R 16 C (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 1.292,99
2	28	REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
	20	PNEU 225/75R 16 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 1.454,99
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	1,454,55
3	8	6087 E 6088).	
		PNEU 175/70R 14 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 630,74
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
4	24	6087 E 6088).	
		PNEU 205/60R 16 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 777,00
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
5	28	6087 E 6088).	
		PNEU 195/65R 15 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 672,96
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
20	20	6087 E 6088).	
		PNEU 195/55R 15 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 728,77
_		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
7	8	6087 E 6088).	DA 702.60
		PNEU 215/65R 16 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 793,60
8	20	O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
0	20	PNEU 17.5-25 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 8.386,73
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	11.5 0.500,75
9	8	E 6088).	
	_	PNEU 10.00.20 146/142G BORRACHUDO (NOVO NÃO	R\$ 3.474,65
		RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ	,
10	8	ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 10.00.20 146/142G LISO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 3.066,16
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
11	4	5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 275/80R 22.5 BORRACHUDO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E	R\$ 3.804,83
		NÃO REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT	
12	20	NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 275/80R 22.5 LISO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 3.252,53
12	24	REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
13	24	5531, NBR 6087 E 6088).	DC 2.474.65
14	16	PNEU 10.00.20 BORRACHUDO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 3.474,65



ESTADO DE SAO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
		5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 10.00.20 LISO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 3.066,16
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
15	8	5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 19.5L 24 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 7.144,41
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
16	4	E 6088).	
		PNEU 14.17.5 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 3.935,00
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
17	4	E 6088).	
		PNEU 14.00.20 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 6.721,55
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	,
18	12	E 6088).	
		PNEU 185/100/102R 14 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 795,57
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	1.0 733,37
19	8	5531, NBR 6087 E 6088).	
10	3	PNEU 185/70R 14 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 603,65
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	11,5 003,03
20	8	6087 E 6088).	
20	0	PNEU 215/75R 17,5 BORRACHUDO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E	R\$ 2.092,07
		NÃO REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT	K\$ 2.092,07
24	63	·	
21	63	NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	24 2 22 24
		PNEU 235/75R 17.5 BORRACHUDO (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E	R\$ 2.505,74
	_	NÃO REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT	
22	6	NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU MISTO 900-20 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 2.215,00
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
23	6	5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU MISTO 205/70R 15C 106/14R (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E	R\$ 1.075,28
		NÃO REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT	
24	4	NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 175/70R 13 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 422,00
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
25	12	6087 E 6088).	
		PNEU 205/75R 16C (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 1.174,64
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
26	16	5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 1075/75R 14 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 599,00
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
27	36	5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 14.9R 24 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 4.782,15
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	,, 52,13
28	2	E 6088).	
20		PNEU 18.4R 34 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 8.096,24
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	117 0.030,24
29	2	E 6088).	
		·	pć 7 200 72
30	4	PNEU 18.4R 30 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 7.208,72



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E 6088).	
		PNEU 10.5R 16 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 1.412,00
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	11,4 11,112,00
31	4	E 6088).	
		PNEU 12.4R 24 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 3.235,81
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
32	4	E 6088).	
		PNEU 14.9R 28 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 4.990,50
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
33	2	E 6088).	
		PNEU 9.5R 24 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 2.284,00
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
34	2	E 6088).	
		PNEU 7.5R 16 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 1.201,00
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
35	6	E 6088).	
		PNEU 2.75R 18 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO, O	R\$ 303,00
		PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087	
36	2	E 6088).	
		PNEU 90/90R 18 (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 367,00
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
37	2	6087 E 6088).	
		PNEU 14.17.5 12L (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO,	R\$ 4.093,00
		O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR	
38	2	6087 E 6088).	
		PNEU 12.5/0R 18 12L (NOVO NÃO RECAUCHUTADO E NÃO	R\$ 3.687,46
		REMOLDADO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR	
39	2	5531, NBR 6087 E 6088).	

- a) Visando garantir uma melhor qualidade dos produtos a ser adquiridos, solicitamos que os produtos licitados deverão se enquadrar nas normas oficiais, visando assegurar a qualidade dos mesmos, inclusive deverão estar normatizados e regulamentados pela Portaria INMETRO nº 05 de 14 de janeiro de 2000 e Regulamento Técnico da Qualidade, sob pena de desclassificação;
- b) Todos os materiais ofertados deverão ser novos, de primeira qualidade, primeiro uso, a Administração Municipal não aceitará a entrega de pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

c)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAOCA

ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Data: _	/	_/2021			
Edital I	regão	o Eletrô	nico - n.º	012/20	21

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, apresentamos a presente proposta para aquisição do veículo equipado com coletor e containers (s) relacionado (s) abaixo, em conformidade com o Edital e o Anexo I mencionado, e declaramos que:

- O objeto ofertado atende integralmente aos requisitos constantes nas especificações deste a) Anexo;
- Os produtos ofertados não apresentam quaisquer vícios provenientes de material ou mãob) de-obras utilizadas ou decorrentes de ato ou omissão da licitante, que possam surgir pelo uso normal dos mesmos;
- Os descontos propostos incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento c) integral das obrigações decorrentes da licitação;
- d) Até a formalização da contratação esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observado as condições do Edital.
- Validade da Proposta: mínimo 60 (sessenta) dias. e)

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD		V. UNIT	V.
			FABRIC.		TOTAL
01	A proposta deverá conter a descrição detalhada das características do objeto ofertado que de forma inequívoca identifiquem e constatem o objeto cotado.				

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ N°:
Telefone/fax – endereço eletrônico (e-mail)
(ASSINATURA)
Nome, cargo, RG e CPF do representante legal
Local/Data



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXOIII

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _	(nome da e	empresa)	
, com sede na(end	ereço completo)		,
inscrita no C.N.P.J. n $^{\circ}$, represe	entada pelo(a) Sr.(a)	(representante legal da
empresa e cargo)	, titular do R.G. n°		e do CPF n°
, CREDENCIA o(a) n Sr.(a)	, (nome e car	rgo do credenciado)
,	titular do R.G. nº	e do CPF nº	, para
representá-la perante a PR	REFEITURA DO MUNI	ICÍPIO DE ITAOCA n	a licitação por PREGÃO
ELETRÔNICO nº/202	1, podendo formular lance	s verbais e praticar todos o	os atos inerentes ao certame,
inclusive interpor e desistir o	le recursos em todas as fas	es licitatórias.	
	Local, da	ıta	
NOME	<u>:</u>		
	RG:		
	CARGO:		

OBSERVAÇÃO: APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA ANEXA AO CREDENCIAMENTO.



CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº ___/2021

	Eu,	(nome comp	leto)			, represe	ntante legal da
Empresa						, com se	ede na Rua 💶
							_, inscrita no
processa no	processo	administrativo indica	ido que visa a	a aquisição	de	, da	Prefeitura do
Município de	e Itaoca/S	SP, DECLARO, sob a	as penas da Le	ei, o pleno	cumprime	nto aos	requisitos de
Habilitação.							

Local, data

(Nome, R.G, cargo e assinatura do representante legal)

OBS: DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM O CREDENCIAMENTO



ESTADO DE SAO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

Anexo - V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/XXXX PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX

A empresa					_, inscrita no	CNPJ	sob o
			, porta	dor do I	Documento de	e Identida	ade no
	, inscrito no CPF so	ob o nº		DEC	LARA, sob a	is penas d	la Lei,
	uisitos legais para qu						
condição da empre	sa: Micro Empresa (ME) ou Em	presa de Pe	equeno P	orte (EPP),	art. 3° d	la Lei
	23/2006 e que não es ir do tratamento favore					4° deste	artigo,
previsto no art. 43,	suir restrição fiscal no § 1º da Lei Comple direito à contratação, e	mentar n°. 12	23/06, para 1	regulariza	ção, estando	ciente qu	ue, do
(Observação: em cas	o afirmativo, assinalar	a ressalva acir	na)				
	,	_ de	de	2021			
(Assinatura do repre	sentante legal)						



CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

	, representante legal
 NPI soh nº	interessada em participar da
grafe que se processa no processo	o administrativo indicado que visa a aquisição ca, DECLARO, sob as penas da Lei, o que seg
presente processo licitatório, as	em fatos impeditivos para sua habilitação no sim como que está ciente da obrigatoriedade res;
Ministério do Trabalho no que a XXXIII do artigo 7º da Constitu pessoal menores de 18 (dezoito serviços perigosos ou insalubre menores de 16 (dezesseis) anos,	ue se encontra em situação regular perante o se refere à observância do disposto no inciso ição Federal, não mantendo em seu quadro de anos) em horário noturno de trabalho ou em s, não possuindo ainda, qualquer trabalho de salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos;	
	NPJ sob n°

(nome, RG, cargo e assinatura do representante legal)



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO VII

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia __ do mês de ___ do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAOCA/SP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 67.360.362/0001-64, com sede administrativa localizada na RUA PAULO JACINTO PEREIRA N 145, CENTRO, CEP nº. 18360-000, nesta cidade de Itaoca/SP, representada pelo Sr Prefeito interino EZIQUIEL BATISTA FORTES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO nº. __/2021, Processo Licitatório nº. __/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS TODOS DE 1ª LINHA E NOVOS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS TODOS DE 1ª LINHA E NOVOS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL.**
- 1.2. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.
- 1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO;

- 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:
- 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
- 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

- 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.
- 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.
- 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
- 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
- 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:
- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:
 - a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
- b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
- b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.
- 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.
- 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

equilíbrio originalmente estipulado;

- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
 - a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentado.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os precos registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLAUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLAUSULA NONA – DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DECIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
 - a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
 - a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA EFICACIA



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Apiaí para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA DO MUN DE ITAOCA ÓRGÃO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2021 EZIQUIEL BATISTA FORTES – PREFEITO INTERINO

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TESTEMUNHAS



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO VIII

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itaoca
CONTRATADO:
CONTRATO N° (DE ORIGEM):
OBJETO:
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço residencial ou eletrônico ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL: DATA:			
GESTOR DO	O ÓRGÃO/ENTIDAI	<u>)E</u> :	
Nome: Eziqui	el Batista Fortes		
Cargo: Prefei	to interino		
CPF:	RG:		
Data de Nasci	imento: 09/10/1976		
Endereço resi	dencial completo: Rua	Matias Mendes nº 07 - Centro	
E-mail institu	cional: prefeitoitaoca1	720@bol.com.br	
E-mail pessoa	al: eziquielfortes@hotr	nail.com	
•	15)3557-1145		
Assinatura:	,		

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELO CONTRATANTE:

Nome: Eziquiel Batista Fortes Cargo: Prefeito interino



		_
CNPJ	67.360.362.0001-6	4

CPF: KG:	
Data de Nascimento: 09/10/1976	
Endereço residencial completo: Rua Matias	Mendes nº 07 - Centro
E-mail institucional: prefeitoitaoca1720@bo	ol.com.br
E-mail pessoal: eziquielfortes@hotmail.com	1
Telefone(s): (15)3557-1145	
Assinatura:	_
DT - GOVED - T- D -	
PELA CONTRATADA:	
Nome:	
Cargo:	
CPF: RG:	
Data de Nascimento://	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
Telefone(s):	
Assinatura:	
Advogado:	

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

ANEXO IX

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

- 1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
- 2. São responsabilidades do Licitante:
- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
- 3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL Bolsa de Licitações do Brasil.
- 4. O Licitante autoriza a BLL Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL Bolsa de Licitações do Brasil.
- 5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

data:					
	(Assinaturas a	utorizadas com	n firma reconh	ecida em car	tório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO IX /A ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

	II Diençiio DE esemi	TO DO SISTEMI
Razão	Social do Licitante:	
CNPJ	/CPF:	
	Operador	res
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica

Lictronica.		
Local e data:		-
_	(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório	



ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ 67.360.362.0001-64

ANEXO X

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - (SOMENTE PARA O FORNECEDOR

VENCEDOR)

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL — Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data	n:
	(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).